

**EDIÇÃO E ESTUDO DE UM DOCUMENTO MANUSCRITO
DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DO SALVADOR**

Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB / FIB)

gsobral@uneb.br

INTRODUÇÃO

O interesse pela edição de documentos manuscritos tem sido cada vez maior, tendo em vista que, além da sua preservação material, mantém viva a memória de um povo. Pretende-se, neste trabalho, apresentar a edição de um documento do acervo do Arquivo Histórico da Cidade do Salvador e um estudo dos processos argumentativos nele presentes, a fim de revelar alguns comportamentos dos administradores desta Cidade, durante o período colonial, a partir dos pressupostos teóricos da Teoria da Argumentação: a nova retórica, proposta por Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca.

**DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO
DA CIDADE DO SALVADOR**

Inaugurado em 10 de abril de 1932, com o objetivo de guardar toda documentação do antigo Senado da Câmara, no período colonial, à atual Câmara Municipal, o arquivo municipal tem um grande acervo, que representa a memória político-administrativa da cidade do Salvador. Por ser, em sua maioria, uma documentação antiga, o estado de conservação é bastante precário. São livros de requerimentos, atas, declarações de compra e venda de escravos, cartas, posturas, doações de terras, descrição de escravos etc.

Em 2001, iniciou-se uma pesquisa com as cartas do Senado enviadas a Portugal, na segunda metade do século XVIII. Atualmente o estudo também é realizado com outros manuscritos como requerimentos, descrição de escravos, além de cartas datadas do século XVII ao século XVIII, permitindo conhecer e preservar fatos determinantes na formação e desenvolvimento da Cidade do Salvador. Para este trabalho, selecionou-se uma carta, da segunda metade do sé-

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

culo XVII, cuja edição e estudo da argumentação apresentam-se a seguir.

DESCRIÇÃO DO MANUSCRITO

A carta é composta de protocolo, parte inicial do documento, no qual os camaristas indicavam o destinatário da carta, o rei de Portugal – D. Pedro II -, e o assunto a ser tratado. Em seguida tem-se o texto, iniciado pelo vocativo Senhor, e a exposição do que seria requerido com os argumentos que os camaristas julgavam necessários à adesão do Rei de Portugal. Concluindo o documento, há o escatocolo, composto por uma saudação, seguida da indicação do local em que o documento foi produzido, da datação e das assinaturas do escrivão e demais membros da Câmara. O documento é composto pelos fólios 35 v, 36 r e v e 37 r. Todos os fólios trazem, à margem superior direita, sempre no recto, a rubrica do escrivão, cuja interpretação torna-se difícil devido ao traçado normalmente acompanhado de cetras, laçaria caligráfica acrescentada a uma firma, muito comum em documentos notariais da época.

Enviada em 11 de julho de 1698, a carta trata de taxa aplicada ao preço do açúcar comercializado na colônia.

CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A TRANSCRIÇÃO

Para a edição, adotaram-se os seguintes critérios:

1. reproduziu-se com fidelidade o texto (grafia, pontuação, acentuação etc.);
2. indicou-se o número dos fólios, à margem direita;
3. o sinal indicador de nasalização foi representado pelo til (~).

A EDIÇÃO DO DOCUMENTO

f. 35 v

Registro de huma Carta
escrita por este Senado a Sua Magestade sobre o preço dos Assucares//
Senhor= Estando os moradores deste Estado em especial os donos dos engenhos em que se fabricaõ os Assucares eos Lavradores delles gozando ha muitos annos afaculdade de os vender livremente

f. 36 r

a sua avença sem taixa alguma no preço delles e havendo a Vossa Magestade assim mandado por Carta sua de vinte e hum de Dezembro do anno de mil seis centos e sessenta e sete, cuja copia se achará nos Livros dos Registros de seu Conselho Ultramarino, foi agora servido por ordem mandar, que para mais breve expedição das frotas, se taixassem nesta Praça os preços de todos os Assucares que nella se vendessem e se embarcassem para esse Reino enaõ sendo as vendas dos ditos Assucares ofariaõ de haver alguma demora nas Frotas por acontecer esta ou das Invernadas que muitas vezes se levantãõ, onde chegarem tarde os Navios e estarem inda fora da Cidade os frutos que nelles sehaõ de carregar expoem se este Estado a huma grande Ruina sem utilidade alguma de Vossa Magestade porque supposto que naõ

f. 36 v

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

Seja a avença das partes aque dá maior ou mesmo preço a os ditos Assucares, fora comtudo a prohibiçam della aliberdade do Comercio, epode dahi Resultar que falte quem lavre os ditos Assucares, por ser a Lavoura dellas digo a Lavoura delles amais Custozza que há em todo Brazil, e seos maiz generos delles se vendem sem taxa alguma paresse também justo, que não haja este gravame nos ditos Assucares, enotem po presente com mais Razam por terem levantado todas as drogas que na terra se vendem tanto as que vem de fora como as que nella seproduzem com mais de cincoenta por cento a cujo respeito fica sem comparaçã maior o despendio com que os taes Assucares se fabricaõ com que semopreco delles houver a taxa que nos mais generos não há poderão as pessoas que até aqui aslavraõ empregar-se em outras Lavouras em que com menos trabalho gozem mais liberdade, ema-

f 37 r

emaiiores lucros do que se seguirá com grande Ruína de todo o Estado muita diminuição nas Vendas dos Direitos Reaes de Vossas Magestade assim nos Dízimos desta Cidade como na Alfandega dessa Corte: Pelo que prostrados a seus pez lhes pedimos queira mandar suspender a execução da dita ordem permittindo que os ditos Assucares se vendaõ livremente a avenssa das partes ficando-nos emtudo como obedièntes Vassallos sujeitos as Reais Ordens de Vossa Magestade que Nosso Senhor Guarde por muitos annos, Bahia e Camara onze de

Julho de mil seis centos e noventa
oito Joaõ de Couro, Carneiro asob-
crevi// Joze da Costa Correia // Sebas-
tiaõ da Rocha Pitta// Joaõ Ve-
lho Brandão// Manoel Soares
Ferreira // _____ // _____ // _____ //

UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS ARGUMENTATIVOS

Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]2000, p. 4) definem o objeto de sua teoria da argumentação como “o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”.

Na carta em análise, tem-se um orador coletivo, os membros da Câmara, também conhecidos como homens-bons, isto é, os ricos proprietários a quem cabiam os rumos políticos das vilas e cidades.

No Tratado da argumentação, os autores ([1958]2000, p. 22) demonstram uma grande preocupação com o auditório, definido como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. No *corpus* analisado, o orador buscava a adesão de um auditório particular, o Rei de Portugal, à seguinte tese: a livre comercialização do açúcar sem aplicação de novas taxas. É importante ainda ressaltar o destaque dado pelos autores à necessidade de um acordo prévio entre o orador e o auditório, o qual está relacionado ao que mutuamente se concebe e admite entre ambos e que é expresso nas premissas da argumentação. O acordo ocorre a partir de um contato intelectual, cujas condições básicas são a existência de uma linguagem comum, o desejo de dirigir a palavra e de ser escutado e a valorização da adesão do interlocutor.

Observa-se que o orador utiliza o lugar da quantidade como objeto do acordo, isto é, a satisfação de moradores, donos de engenhos e lavradores. Uma carta do rei que estabelecia o livre comércio do açúcar, reforçada pelo marcador de temporalidade *há muitos anos*, é utilizada como argumento de autoridade para referendar a solicitação. Evidencia-se ainda o caráter pragmático de toda a argumentação, pois a não manutenção da maneira como era comercializado o produto em questão desestimularia os lavradores, bem como uma nova taxa acarretaria perdas financeiras para a cidade.

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adesão de um auditório a uma determinada tese depende não apenas dos argumentos de que dispõe o orador. Saber adaptá-los a cada situação, hierarquizando-os a partir da força argumentativa que representam, é uma estratégia para o alcance do objetivo almejado.

A edição do manuscrito e o estudo argumentativo nele realizado permitem o conhecimento de mais um fato que marcou a vida da sociedade soteropolitana, comprovando a importância do acervo documental à preservação da memória de um povo.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. 2ª ed. Recife: UFPE / Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 2003.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. *Cartas do Senado a Sua Magestade*. Salvador: Câmara Municipal/ Fundação Gregório de Matos, 1994/1996. Documentos Históricos do Arquivo Municipal. vol. 9/10.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: M. Fontes, 2000.

SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles. *A relação colônia-metrópole no século XVIII: edição semidiplomática das cartas do senado e estudo da argumentação*. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.